

Ata número onze/dois mil e doze

Aos dezasseis dias do mês de abril de dois mil e doze, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no Auditório da Sede da Junta, reuniu em sessão ordinária, a Assembleia de Freguesia de Selho S. Jorge, com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um: Apreciar e votar os documentos de prestação de contas do ano de dois mil e onze.

Ponto dois: Aprovar o Orçamento Retificativo para o ano de dois mil e doze e as modificações do PPI – Plano Plurianual de Investimentos.

A presidente da mesa deu início à sessão, comunicando a substituição do eleito do PSD, José Campos, por Ana Baltar. Procedeu-se à leitura e respetiva votação da ata da sessão anterior, que foi aprovada por maioria, com doze votos a favor e uma abstenção.

Antes do período da ordem do dia, a presidente da mesa informou os presentes que recebeu do presidente da assembleia municipal, Eng. Carlos Remísio de Castro uma moção sobre a reorganização administrativa, que foi aprovada na assembleia municipal por maioria, procedendo à sua leitura. Informou ainda que recebeu uma outra proposta sobre o mesmo tema, do grupo parlamentar do PCP que foi apresentada na Assembleia da República.

Entrou-se no período de antes da ordem do dia, que registou três intervenções.

O eleito do PSD, Fernando Lemos, propôs que fosse discutido o critério da EDP no que diz respeito ao plano de poupança, já que a distribuição da iluminação não parece estar ajustada às necessidades. Referiu alguns exemplos e solicitou a intervenção no sentido de melhorar os pontos críticos. Manifestou ainda a necessidade de intervenção na Rua do Peixoto, quer na iluminação, quer na limpeza dos terrenos. Solicitou também um ponto de situação sobre a segunda fase das obras na rotunda de Mouril na Estrada Nacional Trezentos e Dez, sobre o saneamento na Rua Albano Coelho Lima, mais concretamente no Lugar do Agouro, e sobre a perda de prioridade na Rua Central/Rua Fonte da Venda. Uma vez que teve conhecimento que a pretensão da junta foi recusada, questionou se é possível fazer-se mais alguma coisa ou se a junta vai tomar mais alguma atitude.

A eleita do PS, Marta Faria, deixou um alerta para um imóvel na Rua Central, cujo telhado está em mau estado e uma parte está voltada para o passeio e solicitou um esclarecimento sobre o alargamento do percurso dos Transportes Urbanos de Guimarães a Cabreira, nomeadamente se a junta de freguesia mantém a sua intenção de alargamento dos percursos.

A última intervenção coube à eleita do PS, Rosa Maria Almeida, que começou por referir que na última assembleia municipal, na qualidade de eleita por esta freguesia, fez uma intervenção onde recomendou uma tomada de atitude sobre a poluição do Rio Selho, quer pela Câmara Municipal quer por parte dos Municípios. Além disso, os eleitos do PS apresentaram à Câmara Municipal um conjunto de propostas para a variante Pevidém-Brito, tendo já garantida a colocação de semáforos na zona, e um pedido para que não fosse perdida a prioridade na Rua Central/Rua Fonte da Venda. Como foi indeferido, os eleitos solicitaram a colocação de sinalização vertical, que foi garantida pela entidade.

No seguimento da intervenção do primeiro eleito, a presidente da junta informou que a EDP recebeu indicação da Câmara Municipal para a poupança, exceto nas passadeiras e cruzamentos. Já foi feita uma lista de situações que serão verificadas com os responsáveis. Relativamente à zona do Peixoto, esta é da responsabilidade da Câmara Municipal e quanto à rotunda de Mouril ainda não há informação. O saneamento na Rua do Agouro está dependente de aprovação de candidatura. Por fim, a presidente referiu que a junta de freguesia continua a manter a sua posição, que é restabelecer a prioridade a quem circula na Estrada Nacional Trezentos e Dez.

Para esclarecer a eleita do PS, Marta Faria, a presidente indicou que a junta mantém a sua postura relativamente ao alargamento dos transportes a Cabreira, mas era necessário que os moradores assegurassem um número de passes mensais, o que não aconteceu. Quanto à Rua Central, o problema já foi identificado, mas não foi resolvido por não se saber quem é o senhorio. Contudo a junta de freguesia comprometeu-se a colocar uma fita de forma a alertar os transeuntes para o perigo.

Deu-se início à ordem de trabalhos. Por sugestão da presidente da mesa, os dois pontos da ordem de trabalhos foram tratados em simultâneo, uma vez que se trata de aprovação de documentos.

Foram registadas três intervenções.

A eleita do PS, Marta Faria solicitou um esclarecimento no Orçamento Retificado, na rubrica *Despesas Correntes/Pessoal em Regime de Tarefa ou Avanço*, uma vez que se verificou uma diferença de oito mil e trezentos euros.

O eleito do PSD, Fernando Lemos, também solicitou um esclarecimento no documento Controlo Orçamental, na rubrica *Continente CMG*, uma vez que se verificou uma diferença significativa entre as *Previsões Corrigidas* e as *Receitas Liquidadas* da parte da Câmara Municipal.

A terceira intervenção foi do eleito da CDU, Alberto Pereira que se referiu à junta de freguesia como um bom exemplo de gestão, a ser seguido por outras juntas.

O tesoureiro da junta, Manuel Pinto, esclareceu a eleita do PS, Marta Faria, indicando que a diferença assinalada deve-se ao projeto do Instituto do Emprego e Formação Profissional, que financia a coordenadora/animadora Ana Sofia. É uma verba que aparece apenas contemplada por semestre, dado que não se sabe se o projeto continua ou não.

Para esclarecer o eleito do PSD, Fernando Lemos, o tesoureiro, Manuel Pinto, informou que a Câmara Municipal não atribuiu o valor e, por essa razão, a verba reduziu.

Depois de prestados os respetivos esclarecimentos sobre os documentos de prestação de contas do ano de dois mil e onze, os documentos foram postos à votação e aprovados por unanimidade, com treze votos a favor.

No que concerne ao Orçamento Retificado para o ano de dois mil e doze e as modificações ao Plano Plurianual de Investimentos, depois de postos a votação os documentos foram aprovados por maioria, com nove votos a favor e quatro abstenções.

Por fim, foi aberto o período de intervenção do público, que não registou qualquer intervenção.

Nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada nos termos da Lei.

A Presidente da Mesa \_\_\_\_\_

O Primeiro Secretário \_\_\_\_\_

O Segundo Secretário \_\_\_\_\_